

A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo.

CÁSSIO AUGUSTO SAMOGIN ALMEIDA GUILHERME¹

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo: Este trabalho objetiva apontar algumas discussões metodológicas fundamentais para o uso da imprensa como objeto de pesquisa em História, bem como apresentar estudos já feitos e novas análises sobre a atuação política e ideológica do jornal O Estado de S. Paulo (Estadão) ao longo da república brasileira. Para tanto, pensamos metodologicamente a imprensa como “aparelho privado de hegemonia”, nos termos propostos por Antônio Gramsci e observamos que o Estadão conjuga a defesa da ideologia neoliberal, da meritocracia, possui fortes ligações com o empresariado paulista, posiciona-se de maneira contrária às greves e movimentos sociais, ao mesmo em tempo que se posta como defensor dos direitos individuais do cidadão.

Palavras-chave: Imprensa; Política; Estadão.

Abstract: This paper aims to point out some fundamental methodological discussions to use the press as a research subject in History, as well as to present studies already made and new analyzes on the political and ideological performance of the newspaper O Estado de S. Paulo (Estadão) throughout the republic Brazilian. In order to reach this target, we think methodologically the press as a “Hegemonic private apparatus”, according to the terms proposed by Antônio Gramsci, and observe that the Estadão supports the defense of neoliberal ideology, meritocracy, has strong links with São Paulo business community and opposes strikes and social movements, in the same time it stands as a defender of individual rights of citizens.

Keywords: Press; Politics; Estadão.

Recebido em 24/10/2017 e aceito em 15/02/2018.

1. Professor da Faculdade de História (FaHist) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

Introdução

Consolidam-se, na historiografia contemporânea, novas pesquisas que têm a política como objeto de análise, porém não como um retorno da narrativa do acontecimento em sentido tradicional, pois como diz Rémond “não é a mesma política, nem a mesma história política, nem a mesma abordagem, nem inteiramente o mesmo objeto” (RÉMOND, 2003, p. 58). Uma vez que a renovação metodológica das novas pesquisas em História Política tem apontado que o político dialoga com vários aspectos da vida coletiva e não se constitui em um ator separado, este artigo² faz uma revisão bibliográfica, acrescida de análises sobre momentos pontuais, acerca das narrativas político-ideológicas do jornal *O Estado de S. Paulo (OESP ou Estadão)*, desde a sua fundação em 1875 até a reeleição de Lula da Silva em 2006. O Estadão possui a histórica tradição de se posicionar abertamente, via editorial, a favor de um candidato presidencial. O fechamento de nosso recorte se justifica ante o limite de páginas deste artigo e, principalmente, pelo fato de que o posicionamento do jornal na eleição e reeleição de Dilma Rousseff em 2010 e 2014, seu governo, o processo de golpe parlamentar e a sustentação que o *Estadão* dá ao governo de Michel Temer, serão os temas de pesquisa mais aprofundada em tese de doutorado³.

A imprensa como objeto de pesquisa historiográfica dialoga com as renovações em estudos da chamada “Nova História Política”, que buscam ampliar as fontes e os métodos de análise. Sabemos que nem sempre a exatidão e a independência dominam os conteúdos dos jornais e seus editoriais, porém é preciso reconhecer que, embora atue na fabricação da opinião pública, a imprensa é “produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos: ela noticia reuniões políticas, o número de participantes, traz relatos de manifestações”

2. O texto é uma versão com discussão e recortes ampliados da comunicação oral apresentada no VIII Congresso Internacional de História realizado em outubro de 2017 na Universidade Estadual de Maringá – UEM.

3. Doutorado em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM sob orientação do professor Dr. João Fábio Bertonha.

(BECKER, 2003, p. 196-197). No mesmo sentido, escreve a historiadora Tania Regina de Luca, ao defender as pesquisas nos periódicos, que “as renovações no estudo da História Política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (LUCA, 2011, p. 128).

Assim, ao ter a mídia como objeto de pesquisa histórica, é necessário analisar: qual a influência da imprensa sobre a formação da opinião pública; se políticos e empresários influenciam e são influenciados pela mídia; qual a contribuição da imprensa para criar um clima favorável ou de crise a um determinado governo ou política pública; quem financia a imprensa; seus vínculos políticos e empresariais (JEANNENEY, 2003). Em tais pesquisas, o olhar do historiador, além de saber como os fatos ocorreram, analisa como esses fatos foram percebidos, noticiados, ressignificados e narrados pela imprensa. Partimos da premissa de que uma política pública que conte com apoio da imprensa tem mais chances de se sustentar do que uma política pública que receba oposição ostensiva dos meios de comunicação.

Imprensa e política no Brasil

A grande imprensa, que define-se como filiada aos ideais liberais e republicanos, teria, com base na liberdade de expressão, a responsabilidade social de atuar na fiscalização dos poderes, como um “quarto poder”. Para isso, a imprensa se coloca como alheia aos conflitos sociais, políticos e econômicos ao agir com imparcialidade na observação e denúncia de irregularidades em nome dos interesses de toda a coletividade.

Entretanto pesquisas que têm a imprensa como objeto de análise apontam para as seguintes contradições e limites dos ideais propagados pela grande mídia: a atuação como máquinas de produção do consenso do pensamento único às ideias neoliberais e bloqueio de outras formas de pensamento contrárias à teoria liberal; a liberdade de expressão é, na verdade, a liberdade do proprietário do veículo de imprensa ao definir o que será publicado; a fiscalização dos poderes é seletiva; como uma empresa privada que visa ao lucro, depende da venda do produto e do patrocínio

de anunciantes, a imprensa não está alheia aos conflitos sociais, políticos e econômicos; a alegada imparcialidade em nome dos interesses de toda a coletividade se constitui em disfarce para o caráter ideológico nas narrativas publicadas pela imprensa.

Embora a imprensa possa não ter vínculos com partidos políticos, as pesquisas apontam para a manutenção de vínculos de classe. A grande imprensa brasileira, a partir de meados dos anos 1980, agiu partidariamente na produção de um consenso ideológico neoliberal, enquanto parecia neutra, objetiva e independente aos olhos do leitor. Para ficarmos em alguns exemplos clássicos, conforme sistematizou a pesquisadora Carla Luciana Silva (2014): para Nelson Werneck Sodré a imprensa é burguesa, pois, desde o início do século XX, direciona-se ao leitor da nova pequena burguesia com o objetivo de formar aliança/consenso ideológico com a grande burguesia. Em sentido próximo, Maria Helena Capelato chama a atenção para a ação pedagógica da grande imprensa, direcionada às classes trabalhadoras na construção de uma visão de mundo ordeira, cívica, patriótica e anticomunista e, em Francisco Fonseca, a imprensa é militante na missão de forjar o consenso aos ideais ultraliberais.

Francisco Fonseca tem um dos trabalhos de referência para os estudos da grande imprensa no Brasil. Ao desnudar a fabricação do consenso forjado em torno da Agenda Ultraliberal entre 1985-1992 nos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo* e *O Globo*, o autor discute importantes metodologias para pesquisas que tenham a imprensa diária como objeto: a imprensa usa uma linguagem simples, vulgar, dicotômica, em nome de valores supostamente universais e naturais; não há vozes alternativas; os adversários são desqualificados, estigmatizados e hostilizados como atrasados inimigos; e pratica a omissão de fatos que desabonam sua narrativa.

É nos editoriais que os jornais apresentam a posição oficial de seus proprietários. Neles podemos perceber a forma de defesa ou crítica a determinadas ideias, políticos e partidos, o que serve de baliza para o trabalho dos demais jornalistas da empresa. Como aponta Fonseca (2005), comumente os editoriais usam o fugidio conceito de “opinião pública” para legitimar a própria opinião da empresa jornalística ou, no máximo, da classe

média/alta que busca representar e dirigir. Embora justifique suas posições em nome de uma democracia liberal, na prática, não há pluralismo de ideias e debates na grande imprensa brasileira. Arraigados ao conservadorismo e à reação, em nome de uma suposta liberdade de expressão, atuam de forma antiliberal e antidemocrática na defesa da sociedade capitalista, na qual a iniciativa privada é vista de forma positiva e os culpados pela crise sempre são o intervencionismo estatal, os movimentos sociais de trabalhadores, as greves e os partidos de esquerda.

As mídias de informação atuam em dois campos que se complementam: o econômico, pois se trata de uma empresa que fabrica um produto a ser comercializado e que visa ao lucro; e o simbólico, uma vez que seu produto busca participar da construção da opinião pública. O jornal é sempre um mediador que faz a triagem dos acontecimentos antes de publicá-lo na forma de notícia ou opinião, ou seja, o jornal tem a dupla função de formar e informar. Conforme a historiadora Tania de Luca, “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2011, p. 139). Da mesma forma que se atenta para os destaques de capa ou topo de página das matérias e opiniões publicadas, é preciso atentar para o que não é publicado ou o é sem destaque. No caso dos jornais, seu público leitor é mais elitizado, os chamados formadores de opinião que, a partir da leitura do periódico, atuarão socialmente na propagação da narrativa por eles consumida diariamente.

Assim, é importante buscar quais grupos sociais, políticos e econômicos são destacados nas páginas dos jornais, aí incluídos o seu caráter publicitário; como os espaços editoriais são utilizados para defender um projeto político e econômico de redução do Estado; quais propostas a imprensa aponta para a economia brasileira; se tais propostas foram importantes para a adesão da imprensa no apoio ou crítica a determinado governo ou partido; qual o peso que a imprensa dá para a cobertura política, a corrupção, os embates partidários no Congresso, as propostas econômicas e sociais dos governos, dentre outros temas.

Os conceitos explicativos elaborados por Antonio Gramsci são fundamentais pontos de partida para pensar a imprensa, como meio

eficiente para “organizar e difundir determinado tipo de cultura” (2001, p. 32). Posto que Gramsci entendia a cultura e a ideologia como permeadas por relações de poder, a dominação de uma classe sobre a outra necessitava de uma liderança ideológica e cultural, que construiria a hegemonia via consenso na sociedade civil em disputa. A imprensa é pensada aqui como instrumento da luta de classes no embate ideológico, pois busca influenciar na grande e na pequena política, apontar o rumo, organizar seus leitores de classe média numa educação continuada, visto que a reprodução do capital necessita de defensores. Assim, partimos da hipótese de que a imprensa age como “aparelho privado de hegemonia” ou um “partido”, uma “trincheira” ideológica na “guerra de posições” cujos jornalistas/editores atuam como “intelectuais orgânicos” a serviço dos seus patrões na busca pelo “consenso” da narrativa pretendida pela empresa jornalística para consolidar-se como “hegemônica”.

O jornal O Estado de S. Paulo

Em 1875, ainda no tempo do Brasil Império, um grupo de cafeicultores ligados ao Partido Republicano Paulista (PRP) funda na cidade de São Paulo o jornal *A Província de São Paulo*, o qual “resultava de uma aliança entre elites rurais e burguesia ascendente. Amparado em sólidos capitais, conjugou ideologia elitista das classes dirigentes com um veio de defesa do cidadão” (ELEUTÉRIO, 2015, p. 88). O jornal inovou nos anúncios publicitários e na venda avulsa pelas ruas da cidade. Segundo Nelson Sodré, “a população achou aquilo um despautério, houve repulsa à iniciativa que levaria à ‘mercantilização da imprensa’” (SODRÉ, 2011, p. 337).

A partir de 1885, o jornal assume posição em defesa da República e pela abolição da escravidão. Embora a “história oficial” do jornal tente consolidar a tese de que já nascera abolicionista, a pesquisa de Juremir Machado da Silva (2017) mostra que até 1884 havia anúncios de leilões de escravos e de escravos fugidos. Em 1890, no período republicano, muda o nome para *O Estado de São Paulo*. Nos primeiros anos da República, a

imprensa alinhada admite a hipótese de uma grande conjuração monarquista em Canudos e a série de reportagens de Euclides da Cunha⁴, elogiosas ao exército e silenciosa sobre as atrocidades, teve grande repercussão e aumentou a tiragem do jornal. A partir de 1902, Júlio de Mesquita se torna proprietário único do jornal que havia ingressado em 1885 como redator.

Durante o período conhecido como República Velha, o *Estadão* compôs, no campo oposicionista, a chamada “república oligárquica”. Embora Júlio de Mesquita tenha sido integrante da comissão executiva do PRP, sendo deputado estadual, federal e senador, o *Estadão* apoiou parte das pautas do movimento tenentista, Mesquita foi preso e o jornal não circulou por duas semanas. Os dois últimos presidentes do período eram chamados pelo jornal de “tiranos, déspotas e ditadores” (PILAGALLO, 2012, p. 81). Neste período, os leitores do jornal eram associados à elite econômica e aos profissionais liberais que simpatizavam com a oligarquia dissidente. *OESP* divulgava a ideologia positivista da “ordem e progresso”: valorizava a ciência, estimulava o patriotismo, a instrução cívica para o trabalho e a disciplina das classes populares.

Os grandes veículos de imprensa emprestaram apoio à Aliança Liberal em 1930, entre eles o *OESP*. Embora o jornal mantivesse linha editorial liberal, sua “fidelidade fluía ao sabor das circunstâncias e diminuía sensivelmente diante de riscos efetivos de transformações sociopolíticas mais profundas” (LUCA, 2015, p. 162). Enquanto se diziam contrários à luta armada, a família Mesquita admitia uma “revolução” como forma alternativa, que não deveria intervir na estrutura econômica e social, caso não vencessem as eleições de 1929. De início, o jornal tentou contemporizar as disputas em torno do nome do interventor para o estado de São Paulo. A pioneira pesquisa de Maria Helen Capelato e Maria Lígia Prado (1980) demonstra que, após 1930, o jornal passou a apontar o

4. É apenas no livro “Os Sertões”, publicado em 1902, cinco anos após o fim da Guerra de Canudos, que Euclides da Cunha muda o tom sobre o tema. Oscar Pilagallo (2012) aponta que já em 1899, Euclides da Cunha se mostrava insatisfeito com os rumos da República, o que o levou a se desligar do exército, aderir às ideias do socialismo marxista e fundar em São José do Rio Preto o jornal *O Proletário*.

comunismo como a grande ameaça à estrutura social do país. As páginas do matutino paulista alertavam contra os perigos do flerte com a “subversão bolchevique” de alguns tenentes ligados ao governo Vargas.

“O ‘sentimento regionalista’ e o receio de mudança das estruturas do país fizeram com que os liberais de *OESP* atuassem como um dos principais articuladores do movimento de 1932” (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 46) e a família Mesquita se envolveu ativamente nas articulações que resultavam na revolta. A sede do jornal se transformou em base revolucionária de onde eram feitos recrutamentos e distribuídas armas, enquanto o jornal foi usado como veículo de propaganda. Membros da família Mesquita se envolveram diretamente no front de combate. Ao fim, foram presos, exilaram-se em Portugal e o jornal ficou sob intervenção federal por pouco mais de um ano, até o clima político ficar mais ameno com a Constituição de 1934.

Até 1935, a retórica do Estadão era a defesa da Constituição. Capelato e Prado mostram que, após a Intentona Comunista o “perigo vermelho”, há a flexibilização da ideologia liberal da família Mesquita, que passa a fazer graduais concessões ao intervencionismo federal. A família apoiou a Lei de Segurança Nacional sob o argumento de que “não há liberdades absolutas. Todas estão sujeitas a restrições ditadas pela utilidade geral e pelas conveniências do Estado”⁵. O jornal seguiu apoiando a escalda autoritária de Vargas, pois, na visão no periódico, o combate ao comunismo é mais importante que a defesa da ideologia liberal ou dos princípios constitucionais.

Sob a Ditadura do Estado Novo varguista, em março de 1940, a sede do jornal é invadida por militares, é expropriada e permanece sob intervenção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A família Mesquita se exila e só retoma o controle do jornal com o fim do Estado Novo em 1945. *OESP* foi vítima de suas próprias contradições liberais ante o temor comunista, assim o golpe os atinge com grande eficiência. A intervenção de Vargas no *Estadão* deixou marcas profundas no jornal que, nos anos seguintes, se opõe a tudo que lembre as políticas “populistas”

5. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 26-03-1935 – p.03.

de Vargas, aos políticos do PTB e aliados. Ainda conforme a bibliografia existente, *O Estado de S. Paulo* aderiu ao grupo que tentou impedir a posse de Getúlio Vargas como presidente eleito em 1951.

Dois dias antes do suicídio de Getúlio Vargas, o *Estadão* pedia em editorial “a renúncia do presidente” apoiada pelas “corporações mais respeitadas, as vozes mais autorizadas, a opinião pública do país. Tudo que há de sadio e desinteressado nesse País é pela renúncia”⁶. Interessante notar que, nas reportagens sobre o momento político do país, o jornal geralmente se refere a Vargas como “ex-ditador” e não como presidente. No dia 24 de agosto, o *Estadão*, em editorial e em diversas reportagens, repercute os protestos contra o presidente como unanimidade do povo brasileiro e incita as Forças Armadas a deporem Vargas. O mais interessante é a edição do dia seguinte ser publicada sem nenhuma comoção sobre o suicídio de Vargas, chamada de capa ou grandes repercussões. Há sim, editorial que enfatiza já estar formado o novo governo liderado pelo vice Café Filho e que seria obrigação de todos os partidos e brasileiros que “raciocinam, que amam a sua terra e que detestam a exploração do homem pelo homem”⁷ o apoio ao novo presidente.

Na véspera da eleição presidencial de 1955, o editorial do *Estadão* é nítido exemplo de posicionamento como “partido”. O candidato Juarez Távora, da UDN seria “de todos, o único que inspira confiança [...] homem em que se pode confiar e que nunca nos poderá surpreender com alianças inqualificáveis como a que alguns candidatos celebraram com os comunistas”. Embora Távora tenha em sua aliança eleitoral a presença do PSB, o jornal finaliza seu editorial dizendo que “o eleitor precisa votar no general Juarez Távora”⁸. Não satisfeito em vangloriar o candidato udenista, o *Estadão* também usa seu espaço editorial para desqualificar os adversários. A chapa JK e Jango (PSD-PTB) é descrita pelo jornal como “capazes de toda sorte e conluios [...] mancomunados com os comunistas [...] dar-lhes o Brasil é preparar futura guerra civil por ódios de classe para cuja difusão tem

6. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 22-08-1954 – p.03.

7. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 25-08-1954 – p.03.

8. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 02-10-1955 – p.03.

vocação especial o ex-ministro do Trabalho”. Ao ex-governador paulista Adhemar de Barros (PSP) faltar-lhe-iam os “predicados de administrador, senso das realidades e amor às coisas lícitas. De justiça, nenhuma noção adquiriu até hoje”⁹.

Ressentido pela derrota eleitoral, dias depois e ainda em clima de decepção, o jornal comentou o chamado “golpe preventivo”, liderado pelo Marechal Henrique Teixeira Lott que assegurou, meses depois, a posse dos eleitos Juscelino Kubistchek e João Goulart. No jornal pró-udenista, o ato foi considerado um “indiscutível atentado à Constituição” e , ao Parlamento, “faltou também a necessária coragem” para resistir¹⁰. Quando na eleição seguinte, em 1960, o jornal caracterizava a herança dos cinco anos de governo JK como “a leviandade, a inconsistência, a falta de senso moral”¹¹.

O *Estadão* avaliou a campanha de Jânio Quadros (PTN), apoiado pela UDN como “harmoniosa e ascendente”, enquanto a de Teixeira Lott (PSD) apoiado pelo PTB como “inglória propaganda comunonacionalista”¹². Quanto à disputa pela vice, o jornal se precipita ao comemorar os resultados parciais que apontariam a derrota de Jango (PTB): “o proletariado manifestou nas urnas o seu repúdio pelo sr. Jango Goulart” que receberia “o merecido castigo pelas desilusões resultantes de suas falsas promessas aos trabalhadores”. A família Mesquita não perdoa o Varguismo e completa que a esperada vitória de Milton Campos (UDN) para vice “tem significado simbólico de uma inapelável condenação: a de Jango Goulart como herdeiro do ideário estadonovista”¹³.

A eleição de Jânio Quadros representaria “vitória da democracia” e a “derrota do nacionalismo”¹⁴. Quando ficou certa a vitória de Jango à vice-presidência, muito devido à grande votação nos estados do norte e nordeste, o *Estadão* publicitou todo o seu desprezo à população dos rincões

9. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 02-10-1955 – p.03.

10. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 13-11-1955 – p.04

11. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 02-10-1960 – p.03.

12. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 02-10-1960 – p.03.

13. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 05-10-1960 – p.03.

14. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 06-10-1960 – p.03.

brasileiros e a desqualificou “pelo caráter social das populações que lhe conferiam, a vitória” e por serem, segundo o jornal, “os menos indicados para refletirem o seu prestígio político”¹⁵.

Aprensivo, no dia seguinte à surpreendente renúncia de Jânio Quadros, o jornal já expressa sua decepção com a constitucionalidade da posse de seu desafeto João Goulart. Para evitar isso, escreve confiar que as Forças Armadas “saberão, com certeza, preservar o Brasil dos golpes que as forças subversivas [...] se esforçarão por desfechar contra a democracia e a dignidade nacional”¹⁶.

Ante o impasse criado sobre a constitucional posse de Jango na presidência, o *Estadão* faz incrível malabarismo para justificar a mudança da Constituição a fim de impedir a posse do vice-presidente. Após pedir a “desistência espontânea” do sucessor, o *Estadão* diz que é dever do Congresso “lançar mão do recurso constitucional de uma reforma imediata da nossa Carta Magna” para aprovar uma emenda que “retirasse ao vice-presidente da República o direito de suceder ao presidente”, de forma que “ficaria assim a salvo a Constituição e o regime”. Ou seja, no entender da família Mesquita, vale mudar a Constituição para impedir a posse de seu desafeto político¹⁷.

Ao perceber que, no plebiscito de 1963, o povo brasileiro daria ampla vitória ao presidencialismo como sistema de governo e, conseqüentemente, devolveria os poderes constitucionais ao presidente Goulart, o *OESP* não deixa de deslegitimar o pleito. Segundo o jornal, haveria ambiente de indiferença popular e várias denúncias de fraude eleitoral não dariam ao resultado “expressão da vontade popular”, principalmente pelo “deficiente grau de instrução e politização das populações do interior do Brasil”¹⁸. Confirmada a derrota do parlamentarismo, como de costume, o jornal exagera ao dizer que o Brasil passará a viver “dentro de uma ditadura [...]”

15. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 11-10-1960 – p.03.

16. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 26-08-1961 – p.03.

17. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 29-08-1961 – p.03.

18. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 05-01-1963 – p.03.

estamos em pleno regime do ‘Estado Novo’”¹⁹.

O jornalista Carlos Chagas, testemunha daqueles anos, aponta Júlio de Mesquita Filho como um dos artífices do golpe de 1964, “metido até o pescoço na conspiração” (CHAGAS, 2014, p. 43), junto com Roberto Marinho do jornal *O Globo*, onde o jornalista trabalhava. Oscar Pilagallo (2012) reconstrói detalhadamente o golpismo da família Mesquita. Desde 1961, o jornal já conspirava e manipulava o noticiário. Em 1962, Júlio de Mesquita Filho entregou ao general Orlando Geisel um documento com normas a serem seguidas pelos militares após derrubarem Jango. No ano seguinte, escreveu uma carta ao general Emílio Médici intitulada “roteiro da revolução”. Além disso, procurou o jurista Vicente Rao para preparar um esboço de primeiro Ato Institucional para o governo provisório. “O papel de Mesquita em 1964 tinha o peso do jornal que ele dirigia. Esbanjando saúde financeira e prestígio editorial, O Estado vivia seu auge [...] não havia polo de influência mais forte” (PILAGALLO, 2012, p.163).

Sobre a atuação do *Estadão* no movimento que golpeou a democracia e depôs o presidente João Goulart em 1964, aponta a pesquisa de Maria Aparecida de Aquino:

Acompanhando-se os editoriais de *OESP* no período que antecede imediatamente ao golpe de 1964, observa-se o tom alarmista de crítica ao governo de João Goulart [...] conclamando a sociedade civil e as Forças Armadas na defesa do que consideram como interesses gerais e direitos naturais dos homens e conspirando abertamente contra o governo instituído [...] *OESP* não somente apóia o golpe, mas encara-o como viva aspiração nacional. (AQUINO, 1999, p. 42).

Segundo interpretação da mesma pesquisadora, a linha editorial liberal e de intervenção política do jornal é “teoricamente justificável nos moldes do liberalismo lockeano”, nos quais o poder do governante “é outorgado pelos membros da sociedade, podendo ser revogado pela insurreição destes, caso as autoridades cometam o abuso do mando”

19. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 08-01-1963 – p.03.

(AQUINO, 1999, p. 39). Assim, no contexto de Guerra Fria, o jornal entendia que as propostas de Reformas de Base do presidente João Goulart, bem como suas aproximações com setores da esquerda política e sindical, representavam abuso de poder e usurpação dos direitos naturais dos indivíduos e justificariam a rebelião armada contra o governante.

Como demonstramos em outra pesquisa (GUILHERME, 2017), na publicação de um caderno especial dos 40 anos do Golpe, uma longa e interessante entrevista com Ruy Mesquita, “um dos articuladores do movimento de 1964” nos permite observar bem a atuação dos proprietários jornal. A família Mesquita teria sido procurada em março de 1964 por dois oficiais do Exército. Segundo o proprietário do jornal, eles queriam “nos articular para enfrentar o golpe que certamente ia ser desferido pelo Jango” e a casa dos Mesquita “era centro da conspiração”. A articulação seria “um movimento defensivo contra uma ameaça concreta ao regime democrático”, e alega que “se cometeram um crime contra a ordem estabelecida”, foi em “legítima defesa”. O que o diretor do *Estadão* diz que pretendia ao participar daquele movimento golpista civil-militar não era uma revolução, mas a execução do programa pretensamente defendido pelo marechal Castelo Branco de “limpeza do cenário político, com cassações”, mantendo o calendário eleitoral. “Tudo isso seria alterado pelo AI-2”, quando o jornal teria rompido com o governo e o “movimento acabou se transformando em 20 anos de ditadura”²⁰.

Lendo os editoriais do *Estadão*, é possível confirmar a tese de Maria de Aquino sobre o tom alarmista do jornal em relação a Jango. Porém nossa hipótese é que o tom exagerado não tem como alvo apenas o governo João Goulart, mas sua simbólica ou real associação ao getulismo e ao trabalhismo pretensamente representados pelo presidente. No editorial que comemora o “significado maior de uma vitória”, está clara a tese do *Estadão*:

“o triunfo alcançado está a dizer-nos que, finalmente, a democracia brasileira venceu a ditadura sob cujas estruturas a Nação vegetava.

20. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 31-03-2004 – p. H9.

Só os espíritos ingênuos ou apressados podem admitir que o 29 de outubro de 1945 assinalou a queda real da ditadura implantada no país por Getúlio Vargas. Esse ocaso do totalitarismo estadonovista foi apenas aparente [...] Tão lamentável estado de coisas veio a prolongar-se até 1961. Nessa data, regia, porém, a democracia brasileira, num movimento empolgante de toda a nacionalidade infelizmente sustado em plena ascensão pela covarde renúncia do sr. Jânio Quadros [...] o poder caiu nas mãos do discípulo dileto do ditador morto [...] [agora] sorriu a democracia, terminando o embate com o esmagamento completo, e desta vez definitivo do Estado Novo”²¹.

No vácuo de poder estabelecido após a derrubada de João Goulart, enquanto as forças civis no Congresso e militares disputavam quem comandaria o país, os editoriais do *OESP* mostravam a preocupação sobre os “rumos da Revolução”. Na visão do jornal, caso as “velhas raposas” do Congresso conseguissem o controle do novo governo a se formar, este seria posto, em 1965, “a serviço da candidatura de quem? Do sr. Juscelino Kubistchek. Voltaríamos assim à estaca zero”, o que comprova nossa hipótese acima. No mesmo texto, o jornal comemora o fato de os setores militares terem lançado a “candidatura” do general Castelo Branco²².

Dois temas são recorrentes nos editoriais dos primeiros dias pós-Golpe. Primeiro, de forma explícita ou subliminar, o jornal propaga a narrativa de que toda a população brasileira e a opinião pública aplaudem o movimento que depôs Jango. Segundo, o *OESP* incita “que o futuro governo leve às últimas consequências a operação de limpeza reclamada pela opinião pública brasileira em todos os setores do Estado, sobretudo nas duas Casas do Congresso”²³. Em linguagem beligerante, o jornal se comporta ideologicamente ao propagar a “necessidade de erradicação total” dos “soviets da Petrobrás”, da “UNE com dinheiro de Praga” e a “decapitação da hidra vermelha”²⁴.

O *Estadão* usa de grande malabarismo retórico e jurídiquês para

21. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 02-04-1964, p.03.

22. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 04-04-1964, p.03.

23. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 10-04-1964 – p.03.

24. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 04-04-1964 e 11-04-1964 – p.03.

aplaudir a decretação do primeiro Ato Institucional “que o povo brasileiro na sua totalidade aplaude e subscreve, tal o espírito da medida e juridicidade que dele emana”²⁵. A votação no Congresso que “escolheu” o general Castelo Branco como “presidente” foi avaliada como “legítima”, “admirável”, “uma conquista nacional”²⁶.

Nos primeiros anos do governo de Castelo Branco, o jornal o apoiou e, em certos momentos, até pediu a “ampliação da Revolução” para que ocorressem mais cassações de políticos considerados subversivos e corruptos. Exemplo é a pressão do *Estadão*, o jornal que mais se empenhou pela cassação dos direitos políticos do ex-presidente Juscelino Kubitschek, e a exaltação contida nas páginas do jornal após sua efetivação (CHAGAS, 2014). Nas páginas do livro memória do jornalista Carlos Chagas, podemos perceber que Júlio de Mesquita Filho teve participação ativa nas reuniões que tentavam evitar a ruptura de Carlos Lacerda com os governistas, ou seja, o proprietário do *Estadão* não apenas apoiou o golpe, como atuou no sentido de manter a estabilidade política do regime em seus anos iniciais e pressionar por mais cassações de “subversivos”.

No final de outubro de 1965, um editorial forte do *OESP* acusava o governo de “conservar em banho-maria esta Revolução meio anêmica [...]”. O País está cansado de tibiezas, de hesitações e subterfúgios”, cujo maior erro foi não ter decretado “estado de sítio” para fazer mais rapidamente a “limpeza” para “desembaraçar a vida política nacional”, esperada pelos “revolucionários”. O *Estadão* então pede “um segundo Ato Institucional”²⁷. O jornal aplaude o AI-2: “revolucionários que somos, admitimos o recurso a medidas de exceção”, ante a “impossibilidade de atingir pela via ‘legalista’ os objetivos que haviam sido a própria razão de ser do Movimento”. Apesar disso, ao final do editorial de congraçamento, admite que “essas medidas de exceção [...] representam uma faca de dois gumes”, pois há, no Ato, dispositivos perigosos que podem “abrir o caminho para a ditadura”²⁸.

25. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 11-04-1964 – p.03.

26. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 12-04-1964 – p.03.

27. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 27-10-1965 – p.03.

28. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 28-10-1965 – p.03.

Os problemas do *O Estado de S. Paulo* com a Ditadura começam com a apreensão do jornal, dentre outros periódicos, nos dias 13 e 14 de dezembro de 1968, no contexto do Ato Institucional nº 5, que “tornou o regime uma indiscutível ditadura, reabriu a temporada de punições e serviu de base para a montagem dos aparatos que constituíram a repressão política.” (FICO, 2015, p. 67). O editorial “Instituições em frangalhos” irritou os militares. No texto, o jornal credita a “vitória de 64” a toda coletividade e não apenas às Forças Armadas, que alijaram os civis do governo. Os excessos dos militares são qualificados como “a ditadura militar que vivemos desde 1964”, e o jornal aponta para a desagregação institucional com a edição de mais um Ato Institucional. Para Maria de Aquino, “O abuso do poder pelos chefes da nação, usurpando os direitos naturais dos homens, constitui o fundamento da oposição de *OESP*; em ambos os casos [contra Jango e contra o AI-5], de base liberal” (AQUINO, 1999, p. 53).

Entre os anos de 1968 e 1972, o *Estadão*, como os demais jornais do país, atuou no campo da autocensura, ou seja, a própria direção do periódico determinava que certos temas, possivelmente desagradáveis à Ditadura, não deveriam ser publicados e se publicados, com viés pró-governo. Ao mesmo tempo, os jornais recebiam telefonemas e bilhetinhos vindos do governo federal com os assuntos que não deveriam ser publicados. O jornalista Carlos Chagas, então diretor da sucursal do jornal em Brasília, bajula seus patrões dizendo que “não aceitavam ordens telefônicas de censura, fazia-se necessária a presença do censor, mas a maior parte da imprensa amestrada praticava a autocensura” (CHAGAS, 2015, p. 15)

Poucos foram os jornais que ficaram sob censura prévia da Ditadura. O *OESP* foi um deles. Conforme a bibliografia, o ano de 1972 marca a instauração da censura prévia no país. O jornal preparava uma reportagem especial sobre anistia, na qual constariam falas dos ex-presidentes ainda vivos e monitorados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), que tentou convencer a direção do jornal a não publicar a matéria. O *Estadão* se negou e no dia 03 de setembro de 1972 o jornal foi ocupado pelos censores. Até janeiro de 1975, foram 1.136 matérias censuradas, no todo ou em parte, sobre questões políticas, sociais, econômicas, educacionais e internacionais, número considerável delas assinadas pelo jornalista Carlos

Chagas (AQUINO, 1999).

É popular a estratégia de resistência adotada pelo *OESP* em publicar receitas de bolos e poesias, em especial *Os Lusíadas* do poeta português Luís de Camões, para preencher os espaços vazios que seriam deixados pelas matérias censuradas. Para Maria de Aquino, a presença inusitada dos poemas tinha o objetivo de chamar atenção do leitor às páginas antes destinadas ao noticiário político. Assim, a direção do *Estadão* esperava que o público leitor percebesse que algo estranho estava acontecendo: o jornal estava sob censura da Ditadura. Em janeiro de 1975, o último censor deixa as dependências do *O Estado de S. Paulo*, embora os telefonemas e bilhetinhos continuassem chegando à redação do jornal. Entre 1975 e 1978, há um processo de diminuição da censura prévia à imprensa que passa a ser mais discreta e seletiva.

O jornalista Carlos Chagas, que trabalhou no *O Estado de S. Paulo* na quase totalidade dos anos de Ditadura, escreveu recentemente que o jornal da família Mesquita “é o melhor lugar para se trabalhar quando há ditadura, mas fica apenas conservador quando vem a democracia” (CHAGAS, 2015, p. 11), recolhendo-se às suas contradições ideológicas e políticas. Tais contradições do *OESP* são perceptíveis no processo de redemocratização analisado por Francisco Fonseca (2005).

Na campanha pelas Diretas Já, de início, o *Estadão* demonstrou ceticismo quanto à capacidade da democracia em resolver os problemas do Brasil. Some-se a isso a preocupação quanto às possíveis consequências eleitorais ante o favoritismo de Leonel Brizola (PDT), último herdeiro da tradição trabalhista/varguista tão odiada e combatida pela Família Mesquita²⁹. Ao perceber que a campanha pelas Diretas Já era sucesso de público e contava com apoio de 85% da população, o jornal aderiu, mas não sem criticar a liderança de Lula e do PT no comício da praça da Sé em São Paulo³⁰.

O jornal vê a transição não apenas sob o aspecto político, mas principalmente econômico. Embora tenha sido censurado pela Ditadura, o

29. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 26/01/1984 – p.3.

30. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 27/01/1984 – p.3.

Estadão defende a incolumidade dos militares, o “não revanchismo” contra as Forças Armadas, que seriam o esteio moral garantidor da ordem no processo de transição. Incrível é o malabarismo argumentativo para isentar os militares de qualquer responsabilidade na crise econômica dos anos 1980.

Segundo Fonseca (2005), os editoriais do *OESP* defendem a tese de que a intervenção do Estado na economia produz déficits públicos que geram inflação. Na visão ideológica do jornal, a culpa pela crise é do Estado e nunca dos empresários. No papel de “partido do Capital”, o jornal busca continuamente influenciar o governo, propõe um “ajuste fiscal”, controle dos gastos públicos, cortes em orçamentos sociais e nos salários do funcionalismo, retorno do país ao FMI, desregulamentação da economia com abertura irrestrita ao capital internacional.

No conflito entre capital e trabalho, a grande imprensa, como empresa jornalística dirigida por burgueses e que depende de anunciantes também burgueses para financiar suas contas e pagar o salário de seus empregados, obviamente milita ao lado do Capital. Quando do Congresso Constituinte, o *Estadão* concitava o empresariado a fazer lobby junto aos parlamentares do “Centrão” contra o avanço das pautas sociais e trabalhistas.

Abusando da linguagem beligerante, o jornal postou-se contra diversos direitos trabalhistas como a diminuição da jornada de trabalho, a ampliação da licença-maternidade, a licença paternidade e o aumento do valor da hora extra, vistos como catastróficos para a produção, pois desestimulariam o Capital e gerariam desemprego. Sob o mantra da “meritocracia”, o *OESP* se esforça para estimular a competição entre os trabalhadores e convencer os sindicalistas de que a “livre negociação” entre patrão e empregado é boa para o trabalhador.

Para reforçar nossa hipótese, a qual vê a grande imprensa e *OESP* como aparelho privado de hegemonia, é importante ainda observar sua posição em relação ao direito de greve. O jornal tem ojeriza às greves, às organizações de trabalhadores e às ideologias à esquerda. Por consequência, vê a CUT e o PT como grandes inimigos rotulados como “dinossauros ideológicos”. Como Francisco Fonseca (2005) aponta, embora retoricamente o jornal admita que as greves são legítimas em uma sociedade democrática, na prática todas elas são invariavelmente condenadas. Na visão militante

pró-empresarial, o *Estadão* vê todas as greves como inoportunas, político-ideológicas, ilegais, causadoras de prejuízos, atentatórias à ordem pública e que há um suposto consenso da população contra os grevistas. Além disso, as greves deveriam ater-se às questões salariais e jamais os sindicatos e trabalhadores estariam aptos a se meterem em assuntos políticos ou econômicos.

Naquele contexto, toda a grande imprensa perfilou-se contra a candidatura de Lula (PT) em 1989 e em explícito apoio a Fernando Collor (PRN). A título de exemplo, destacamos três editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*: o jornal afirma que os petistas são adeptos à “mentalidade do ressentimento, da vingança mesquinha, da intolerância e da truculência”³¹; que Lula irá “colocar a questão da reforma agrária em termos tais que se transforma num ‘convite para incendiar o campo’”³²; após dizer que a vitória do PT representaria colocar o Brasil fora do mundo moderno, pois seus radicais seriam adeptos de regimes totalitários – o *Estadão* “se esquece” que o jornal deu apoio ao golpe de 1964 que instaurou a Ditadura no Brasil –, diz textualmente que “a posição do bom senso e do patriotismo recomenda que se vote no respeito à Constituição que hoje é encarada pelo sr. Fernando Collor de Mello”³³. No dia do segundo turno, o *Estadão* chegou a seus leitores com editorial pedindo para “votar na revolução liberal”³⁴, pretensamente, representada por Collor.

Francisco Fonseca (2005) argumenta que a vitória de Collor foi vista pela grande imprensa como a oportunidade de implementar a Agenda Ultraliberal. Em nome do liberalismo, o *OESP* criticou a parte intervencionista do Plano Collor que confiscou as poupanças, mas apoiou a parte do Plano que prometia abertura ao capital internacional, as privatizações, desregulamentação da economia e diminuição do Estado. Quanto à crise política que resultaria no impeachment do presidente, o *Estadão* manteve cautela, enfatizava a necessidade de manutenção da ordem

31. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 15/11/1989 – p. 3

32. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 26/11/1989 – p. 3.

33. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 14/12/1989 – p. 3.

34. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 17/12/1989 – p. 3.

jurídica, e somente quando as denúncias de corrupção se avolumavam e a população saía às ruas é que o jornal aderiu ao impedimento de Collor. Porém perfilou-se ao lado dos demais jornais na tentativa de separar a crise política da agenda neoliberal que deveria ser seguida e implementada pelo sucessor Itamar Franco.

Em abril de 1993, um novo plebiscito deu novamente à população a opção entre presidencialismo e parlamentarismo. Como há 30 anos atrás, o tom de desalento pela derrota do modelo parlamentarista leva o *Estadão* a, mais uma vez, creditar a vitória do presidencialismo à “ignorância das questões fundamentais e mesmo das secundárias” de “enorme porcentagem de brasileiros que comparecerá amanhã às urnas”³⁵.

Conforme pesquisa de Francisco Fonseca, o *OESP* se opõe ao governo Itamar Franco por seu suposto refluxo à implantação da agenda neoliberal. O jornal rotula o presidente de populista ultrapassado que fazia o Brasil retornar para o “terceiro mundo”. Para Fonseca, “ninguém melhor do que um jornal doutrinário como *OESP*” para comprovar a “contenda em que a hegemonia ultraliberal estaria em jogo” (2005, p. 391).

Como fez em todas as eleições presidenciais pré-golpe de 1964, o *Estadão* não deixou de se posicionar política, partidária e ideologicamente nas sucessões presidenciais da chamada “nova república”, sempre a favor da opção neoliberal representada pelo PSDB e contra a opção à esquerda representada pelo PT. Animado pela mudança de postura do, antes “esquerdista”, Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o candidato que representava “a condução do processo de reforma [...] como as que reformarão os monopólios. Outras, como a da Previdência”, o *Estadão* foi enfático em seu editorial do dia da eleição de 1994: “nossa opção!”³⁶.

Ao longo dos governos FHC, o jornal manteve a pressão a favor da agenda neoliberal. Apenas dois dias após a eleição de 1994, o editorial “urgência em privatizar” daria o tom dos próximos anos: “seguir por este caminho é fundamental”³⁷. Outro exemplo ilustrativo é em 1997, quando

35. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 20/04/1993 – p.3.

36. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 02/10/1994 – p.3.

37. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 04/10/1994 – p.3.

o *OESP* cobra o governo para “agilizar as grandes privatizações” das telecomunicações, do setor elétrico e da Vale do Rio Doce³⁸.

Uma vez que o governo FHC demonstrava compromisso ideológico com a agenda neoliberal, o *Estadão* não fez críticas à Emenda Constitucional da reeleição. Na eleição de 1998, comemorou a vitória do presidente neoliberal como “um voto racional” do eleitor que “aprendeu o suficiente para votar com a cabeça [...] e sabe que alto será o preço a pagar pela correção duradoura dos rumos”³⁹.

Os problemas político-eleitorais do *Estadão* começaram quando o eleitor percebeu que apenas ele, trabalhador, pagava um preço alto pela crise do Capital e decidiu dar novo rumo político e econômico ao país na eleição de 2002. Ante a possibilidade de vitória do candidato Lula da Silva (PT), o *OESP* escrevia em tom de alento e esperança: “a nossa convicção de que um segundo turno, com a eventual vitória de José Serra, seria uma alternativa muito mais tranquilizadora”⁴⁰. Na eleição seguinte, em 2006, o *Estadão* demonstrou seu apego ao neoliberalismo do PSDB e ilusão quanto ao republicanismo tucano: “hoje é dia de o eleitor consciente exigir a volta da ética na política e da probidade na administração”⁴¹.

Para reforçar nossa argumentação de que o *OESP* não teve com o PSDB e FHC o mesmo senso de análise crítica que teve e tem o Lula e o PT, recorremos a dois exemplos de seus editoriais. Em 2002 há uma visível tentativa de deslegitimar a vitória de Lula, ao dizer que os brasileiros que o elegeram não deram muitos votos ao PT para o parlamento, além de que o presidente teria de negociar uma coalizão que lhe desse sustentação no Congresso. É fato que o PT sozinho não fez a maioria parlamentar naquela eleição, mas cresceu em número de deputados eleitos, porém o mais interessante a observar é que, nas eleições de FHC, o jornal não fez a mesma ponderação ao fato de seu partido, o PSDB, também não ter

38. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 27/02/1997 – p.3.

39. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 06/10/1998 – p.3.

40. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 06/10/2002 – p.3.

41. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 01/10/2006 – p.3.

feito maioria parlamentar e necessitar negociar uma coalizão congressional⁴². Em 2006, o jornal criticou a ausência de Lula em debate televisivo com os demais presidenciáveis, porém na eleição de 1998 FHC não compareceu a nenhum debate, mas o *Estadão* não o criticou por isso⁴³.

Considerações finais

Pelos exemplos acima, podemos corroborar as conclusões de Francisco Fonseca (2005) sobre a grande imprensa brasileira e sobre o *OESP* em particular. Ao longo de centenária história, é possível observar a militante atuação política, claramente a favor dos partidos à direita e das alternativas econômicas liberais ou neoliberais. O jornal da família Mesquita caracteriza-se por defender posições liberais na economia, mas amalgamadas com ideias conservadoras e tradicionalistas, próximas ao positivismo, quando o assunto é a organização da sociedade civil, especialmente dos trabalhadores. Há ênfase numa democracia restritiva, ou seja, vigorosa defesa da “ordem” quando os conflitos sociais questionam os interesses do Capital, uma plutocracia onde haja liberdade ao Capital e legislação autoritária para reprimir os trabalhadores que a questionem.

O *Estadão* conhece o seu público leitor e escreve no objetivo de dirigi-lo. O jornal destaca-se como porta-voz dos interesses empresariais, especialmente da burguesia paulista representada pela FIESP. Porém “na ‘guerra de trincheiras’, em que o jornal se encontra envolvido, a classe média seria um posto avançado” (FONSECA, 2005, p. 192), a base da democracia brasileira, celeiro de líderes para espriar a ideologia neoliberal. É comum, na grande imprensa, a crença no vanguardismo das “iluminadas” classes proprietárias, na qual se auto inserem em contraposição ao “barbarismo” dos eleitores que não votam nos candidatos apoiados pelas classes proprietárias e seus veículos de comunicação. Tal visão de mundo transparece o caráter ideológico e conservador da grande imprensa, “como ‘intelectual coletivo’

42. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 29/10/2002 – p.3.

43. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 03/10/2006 – p.3.

da burguesia” (FONSECA, 2005, p. 269).

A grande imprensa sabe que a melhor forma de vencer um debate é não debater, e usa essa máxima até as últimas consequências. Não há debate nas páginas do *Estadão*, mas sim um monólogo de narrativa única, no qual a ideologia neoliberal é apresentada como “única possível” para resolver a crise econômica e nunca o modelo neoliberal é responsável pelas crises da economia mundializada. Conforme Fonseca, os jornais, na estratégia retórica doutrinária, abusam de conceitos vagos, expressões polissêmicas, imagens exageradas, sofismáticas, catastrofistas e de descontextualizações históricas. As ideias contrárias e seus defensores são tratadas com escárnio, desqualificadas, desconsideradas, estigmatizadas e hostilizadas. “Toda essa parafernália retórico-imagética justifica-se, portanto, tendo em vista o papel de *OESP* como ‘partido do Capital’” (FONSECA, 2005, p. 320) e aparelho privado de hegemonia na busca por firmar o consenso em torno da ideologia neoliberal e das teses políticas à direita. Tal postura, em nome de uma abstrata liberdade de expressão, na verdade serve para ocultar o caráter autoritário, antiliberal e antidemocrático que caracteriza a grande imprensa.

Em sentido análogo, recente trabalho publicado por Fernando Antônio Azevedo (2017) quantifica a atuação da grande imprensa contra o Partido dos Trabalhadores entre 1989 e 2014. O autor apresenta três conclusões centrais: 01 – a grande imprensa atuou e atua no campo da mídia em paralelo com as forças políticas de centro-direita; 02 – o alinhamento da imprensa com a centro-direita é histórico e ideológico contra o nacional-desenvolvimentismo; 03 – no passado e no presente os mesmos pacotes interpretativos foram acionados contra os governos de centro-esquerda: radicalismo/populismo e corrupção.

Dentro da grande imprensa, *O Estado de S. Paulo* pode ser considerado o mais conservador e antipetista. O compartilhamento de valores ideológicos que converteu o *Estadão* em aliado da UDN, dos militares e de Collor, o faz hoje aliado do PSDB e do governo Michel Temer. É possível afirmar que o jornal sempre se colocou contra as pautas progressistas, estejam elas simbolizadas por Vargas, Jango, Lula ou qualquer outro político, movimento social ou partido de esquerda. Os mesmos eixos temáticos de ameaça

populista e corrupção foram usados de forma sistemática para pressionar e desestabilizar os governos Vargas, Jango, Lula e Dilma. Neste sentido, a excelente pesquisa de Ariel Goldstein (2017) que compara as coberturas dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* nos governos Vargas (1951-1954) e Lula (2003-2006) é reveladora.

Em suma, na longa guerra de posições pela consolidação de sua ideologia liberal-conservadora, *OESP* simplifica e vulgariza os problemas nacionais, omite e desqualifica interlocutores contrários. Diariamente o jornal pressiona e influencia o leitor ao recomendar o votos em políticos à direita e destrata as alternativas de esquerda, como se, invariavelmente, a posição neoliberal do jornal fosse natural e não lhe coubesse críticas ou debates. Suas atuações “estão rigorosamente submetidas a estratégias e táticas típicas dos atores político-ideológicos que são” (FONSECA, 2005, p. 445).

Referências:

- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **A grande imprensa e o PT (1989-2014).** São Carlos: Edufscar, 2017.
- BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.
- CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia:** o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.
- CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e a longa noite dos generais (1970-1985).** Rio de Janeiro: Record, 2015.
- CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e os golpes dentro do golpe (1964-1969).** Rio de Janeiro: Record, 2014.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2015.

- FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais.** São Paulo: Contexto, 2015.
- FONSECA, Francisco. **O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil.** São Paulo: Editora Hucitec, 2005.
- GOLDSTEIN, Ariel. **Prensa tradicional y liderazgos populares en Brasil.** Raleigh, NC, EUA: Editorial A Contracorriente, 2017.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere (vl.2).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GUILHERME, Cássio Augusto. **1964: golpe ou revolução? A disputa pela memória nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo.** Revista Cadernos de História, v.18, n. 29, 2º sem. 2017.
- JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.
- LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2015.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2011.
- PILAGALLO, Oscar. **História da Imprensa paulista: jornalismo e poder de d. Pedro a Dilma.** São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAVEAU, Agnès (org.). **Questões para a história do presente.** Bauru: Edusc, 1999.
- SILVA, Carla Luciana. Imprensa liberal, imprensa partidária: uma aproximação historiográfica. SILVA, Carla Luciana e RAUTENBERG, Edina. **História e imprensa: estudos de hegemonia.** Porto Alegre: FCM editora, 2014.
- SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Porto Alegre: EdipucRS, 2011.